

# Revista Avaliação: por uma avaliação autônoma e democrática

FRANCISCO DE ASSIS PALHARINI

Professor do Departamento de Psicologia da UFF, pesquisador do GT: Política de Educação Superior, da ANPED

Recebimento: 20 de maio de 2003

Aprovação: 25 de agosto de 2003

**Resumo:** Apresenta a configuração que a Revista Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional do Ensino Superior - vem assumindo desde sua criação em 1996 até o ano de 2000. Esta configuração é, também, contextualizada a partir das condições políticas e teóricas que possibilitaram sua emergência e consolidação no cenário nacional e sul americano. Para isso são utilizados os resumos produzidos e incorporados, as categorizações estabelecidas em consonância com a orientação do GT, estatísticas descritivas relacionadas às características da produção, além de anotações realizadas durante as leituras dos artigos e das orientações e direcionamentos expressos nos editoriais da revista, ao longo do período considerado. Utilizou-se, ainda, de uma entrevista especialmente realizada para este trabalho, em Campinas, com o Prof. José Dias Sobrinho a fim de apreender o significado em que ela implica à pessoa do editor e dos que a conduziram neste período, uma vez ter se evidenciado que a história do PAIUB e da Revista Avaliação mantêm forte interação, conforme se verifica na sua linha editorial, marcadamente de caráter emancipatória ou democrática no campo da avaliação.

**Palavras-Chave:** Avaliação, Avaliação institucional, PAIUB

**Abstract:** This text discusses the configuration of the journal *Avaliação*, from its conception in 1996 up to the year 2000, on the basis of the political and theoretical conditions which made its emergence and consolidation in the Brazilian and South American scenario possible. For the purpose, the author explored the abstracts which were produced, the categorizations established in accordance with the orientation of the work group, descriptive statistics related to the characteristics of production, besides annotations made during readings of articles, and orientations and directions expressed in the journal's editorials throughout the years under consideration. An interview with Professor José Dias Sobrinho was also used, so as to apprehend the meanings of the editors who have conducted the journal throughout the years, especially because it became evident that the histories of PAIUB and of the journal *Avaliação* are closely connected, as can be perceived by its editorial line, markedly emancipatory and democratic in its understanding of evaluation.

**Key Words:** Evaluation; Institutional Evaluation; PAIUB.

Neste ensaio, temos por objetivo apresentar a configuração que a Revista Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional do Ensino Superior –, vem assumindo desde sua criação em 1996 até o ano de 2000. Além deste objetivo principal, consideramos apropriado contextualizar esta configuração a partir das condições políticas e teóricas que possibilitaram sua emergência e consolidação no cenário nacional e sul americano. Por configuração entendemos a natureza das publicações que lhe deram concretude no período considerado, tomando como

referência a origem das publicações, autores, assuntos mais frequentes, compatibilização dos artigos com linha editorial, entre outros. Por condições de emergência compreendemos a conjuntura política no campo das políticas de ensino superior, o papel dos protagonistas mais destacados no processo de criação desse veículo de comunicação entre os pesquisadores e membros de comissões de avaliação no Brasil, assim como os elementos históricos mais marcantes que a caracterizaram.

Trata-se de procurar avançar no conhecimento das raízes que deram origem, por assim dizer, à constituição de um pólo de resistência e de construção alternativa às políticas oficiais de avaliação do ensino superior brasileiro, de inspiração neoliberal, que vem sendo conduzidas no Brasil desde o início dos anos 90 (Silva e Sguissardi, 1999). De modo distinto da maioria dos periódicos na área da educação superior no Brasil, a Revista Avaliação assume claramente uma posição contrária a estas políticas em curso. Enquanto periódico da educação superior brasileira, no entanto, ele não se esquia do embate teórico e político, sob o manto de uma pretensa neutralidade editorial. Suas posições são expressas, de forma acadêmica e não panfletária, tanto nos seus editoriais como na grande maioria dos artigos que veicula, nos documentos que publica e nas ações que promove. Evidencia-se na leitura do material publicado que tanto os editores quanto os colaboradores têm ciência das limitações teóricas e políticas, no período considerado para análise, e assim concentraram seus esforços na construção de um modelo alternativo e consistente de avaliação institucional. A apreensão dessa característica da Revista, por meio da leitura de todos os artigos e editoriais publicados, no período em pauta, inspirou o título deste trabalho.

As atividades de pesquisa que induziram à realização deste trabalho estão diretamente relacionadas à nossa participação no esforço do GT: Política de Ensino Superior, da ANPEd, visando colocar à disposição dos pesquisadores uma base de dados sobre a produção científica relacionada à educação superior. Sua concretização envolve todos os membros do referido GT e estão organizadas por meio do projeto intitulado “*A produção científica sobre educação superior no Brasil (1968 - 2000): avaliação e perspectivas*”, no qual fomos incumbidos das publicações relativas à Revista Avaliação”.

Para a realização dos objetivos propostos utilizamo-nos do relatório de trabalho apresentado ao GT: Política do Ensino Superior – ANPEd (Palharini, Dias Sobrinho, 2002), que contém os resumos produzidos e incorporados, as categorizações estabelecidas em consonância com a orientação do GT, estatísticas descritivas relacionadas às características da produção, além de anotações realizadas durante as leituras dos artigos e das orientações e direcionamentos

---

1 Uma primeira versão do Banco de Dados sobre a Produção no Ensino Superior (1968-1995), resultante deste Projeto, está disponível em CD RON, intitulado UNIVERSITAS/BR. Também foram publicados dois livros consolidando a produção analítica sobre a produção do GT.

expressos nos editoriais da revista, ao longo do período considerado. Utilizou-se, ainda, uma entrevista especialmente realizada para este trabalho, em Campinas, com o Prof. José Dias Sobrinho<sup>2</sup>, editor do periódico desde sua criação. O objetivo desta entrevista consistiu primeiro em buscar subsídios que possibilitassem a historicização do periódico, e, em segundo lugar, apreender, de modo mais amplo, o significado de sua existência para a pessoa do editor e dos que a conduziram neste período<sup>3</sup>. Este segundo objetivo está associado à constatação de que a história do PAIUB e da Revista Avaliação mantêm forte interação, conforme se verifica na sua linha editorial, marcadamente de caráter emancipatória ou democrática no campo da avaliação.

## Elementos históricos e conjunturais

Para compreender a emergência da Revista Avaliação, criada em 1996, e o lugar que ela ocupa no cenário da construção dos procedimentos de avaliação institucional das IES brasileiras, faz-se necessário pelo menos algumas referências à emergência e evolução do PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, com o qual o editor e o grupo fundador da Revista sempre tiveram forte compromisso. Trata-se, ainda, de contextualizar esta emergência à luz da conjuntura política, à época, no campo da educação superior, mais especificamente no que tange às questões relacionadas à avaliação.

O PAIUB foi constituído a partir de iniciativas de avaliação que se disseminavam pelas Universidades brasileiras desde o final da década de 80 (Palharini, 1999 e 2001), especialmente as experiências mais completas realizadas na Universidade de Campinas, na Universidade de Brasília em uma experiência piloto realizada na pós-graduação em educação da Universidade Federal de Minas Gerais, além de muitas outras espalhadas por diferentes cursos de graduação em várias partes do país. Essas experiências foram tomadas inicialmente como referência para que o Fórum de Pró-Reitores de Graduação - FORGRAD propusesse à ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – uma proposta de avaliação da graduação, na perspectiva institucional, que se contrapunha àquela que vinha sendo desenhada no governo anterior, inspirada nas recomendações do Banco Mundial. Acolhida pela ANDIFES, a proposta do FORGRAD foi então discutida nos diferentes Fóruns de Pró-reitores e, posteriormente, apresentada a diferentes entidades ligadas ao Ensino Superior, como o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras,

2 A íntegra desta entrevista está transcrita no Relatório apresentado ao GT em abril de 2002 (Palharini e Dias, 2002)

3 O Editor da Revista Avaliação, assim como outros membros do grupo que a fundou, e o do Conselho Editorial atual foram destacados protagonistas na formulação da proposta original do PAIUB e, a seguir, do Comitê Assessor do PAIUB/MEC/SESu.

Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais, COMUNG, que com ela também se comprometeram (Palharini, 1999; 2001). Conforme sublinha Leite (1997), o PAIUB foi uma iniciativa das Universidades Brasileiras, que resolveram se antecipar ao Estado na formulação de procedimentos de avaliação institucional.

Na sua proposição inicial (PAIUB, 1993), a comissão redatora dessa proposta reconhecia a dificuldade de implementar procedimentos de avaliação institucional, dada a relativa ausência de conhecimentos teóricos, instrumentos e experiências neste sentido. Propunha, assim, que no seu Iº Ciclo avaliativo a ênfase fosse concentrada na avaliação da graduação. Objetivava-se, entre outras coisas, acumular os conhecimentos imprescindíveis para ampliar o processo de avaliação na direção das outras dimensões institucionais. Esta estratégia, obviamente, implicava a necessidade de serem socializadas experiências e reflexões que viabilizassem a construção de uma sistemática de avaliação coerente com os princípios e orientações do programa. A realização de seminários regionais nos anos de 1994 e 1995 atendia a este objetivo, mas, na medida em que o Programa avançava em profundidade e abrangência, os Encontros Regionais mostravam-se cada vez mais insuficientes para atender às novas demandas que se configuravam. Além disto, evidenciava-se entre os participantes a necessidade de ampliar as possibilidades de formação tanto dos membros das diferentes Comissões, quanto do debate teórico e político a respeito da avaliação.

O ano de 1996, ano de criação da Revista Avaliação, é marcado por uma forte mudança na orientação das Políticas de Ensino Superior, decorrente dos desdobramentos que se seguiram à eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Entre estas mudanças incluía-se a aprovação de um substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação construído com a participação dos movimentos organizados na área da educação. O substitutivo, no mesmo ano aprovado, trata da avaliação de um modo geral, além de criar o Conselho Nacional de Educação, com a incumbência de analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior. Cabe ressaltar, no entanto, que o detalhamento das questões relativas à avaliação foi dado por instrumentos jurídico-legais emanados do poder executivo, inclusive antes da promulgação da referida LDB, como se pode verificar através da Portaria n.º 1885/94. Esta portaria descreve os objetivos básicos de um sistema de avaliação, ressalta os benefícios de sua respectiva institucionalização como um processo permanente em todos os níveis de ensino, tratando inclusive da estrutura física, dos recursos humanos, da eficiência do sistema e da qualidade do ensino oferecido.

Entre os desdobramentos aludidos incluía-se o encaminhamento, por parte do governo, de dois instrumentos de avaliação, ou seja, o Exame Nacional de Cursos – ENC, e a avaliação de cursos por Comissões de Especialistas, ambos

implantados através da Medida Provisória 1018, de 08/06/95. A avaliação institucional, deste modo, tornava-se parte do sistema de credenciamento e recredenciamento das Instituições de Ensino Superior - IES, de modo articulado com os instrumentos mencionados acima. Deve-se sublinhar, no entanto, a presença de um dispositivo estabelecendo a necessidade de um projeto institucional que considerasse a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como referencial da avaliação (MEC, 1996).

Em outubro de 1996 a comunidade acadêmica é surpreendida pelo Decreto 2026 estabelecendo “procedimentos de avaliação”. Este Decreto foi assinado pelo Presidente da República na presença dos reitores, que, no entanto, no ato da assinatura, desconheciam seu conteúdo e objetivos. O conteúdo do Decreto estabelecia um amplo programa de avaliação que não fazia nenhuma referência explícita ao PAIUB, então em curso. Ele especificava os procedimentos de avaliação do desempenho individual das IFES em ensino, pesquisa e extensão, a avaliação das condições de oferta do ensino de graduação nas diferentes IES, pelos resultados dos Exames Nacionais e pela avaliação da pós-graduação por área de conhecimento. E, por fim, o desempenho global, isto é, o sistema sendo avaliado por região, unidades da federação, áreas de conhecimento, tipo e natureza das IES.

Esses indicadores, cuja responsabilidade pelo estabelecimento foi atribuída à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional - SEDIAE, incluíam: taxas de escolarização bruta e líquida; taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso; taxas de evasão e produtividade; tempo médio para conclusão dos cursos; índices de qualificação do corpo docente; relação média aluno por docente; tamanho médio das turmas; participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação; despesas públicas por aluno; despesa aluno em relação ao PIB – sistema público e privado e a proporção de despesa pública com professores.

O Decreto previa, ainda, a avaliação individual das IFES e a designação de uma comissão externa pela SESu, à qual caberia avaliar a administração geral, acadêmica, o grau de integração social das IFES e a produtividade dos docentes qualificados em relação ao seu regime de trabalho. Também deveria ser considerada a auto-avaliação das IES, a avaliação da comissão de especialistas, os exames nacionais, as avaliações da CAPES e os indicadores SEDIAE. Só mais tarde o MEC, através da Portaria 302, iria estabelecer o PAIUB como seu referencial para o processo de avaliação institucional.

**A perspectiva que se impunha como hegemônica orientava-se para o controle e para o eficientismo, ao inverso da do PAIUB, que se orientava para o melhorar o ensino em todas as suas dimensões.**

Na seqüência do Decreto 2026, outras medidas de ordem complementar foram estabelecidas, inclusive agredindo o preceito constitucional da autonomia, como é o caso da Portaria Interministerial 880, de 30/07/97. Por meio desta, foi constituída uma comissão interministerial com a finalidade de definir e propor: a) procedimentos, critérios, parâmetros e indicadores de qualidade para orientar a análise dos pedidos de autorização de cursos de graduação em Medicina, Odontologia e Psicologia; b) parâmetros e indicadores de qualidade, integrados à avaliação de mérito acadêmico e necessidades de perfil profissional, utilizados pelas comissões de especialistas do ensino na área de saúde.

Concomitantemente a esta comissão interministerial, acima mencionada, o MEC, em 22 de agosto de 1997, por meio da Portaria 972, oficializou e estabeleceu sua forma de constituição, além das atribuições das “Comissões de Especialistas”.

Era assim que o Estado brasileiro estava estabelecendo seu sistema de regulação das IES: através do Decreto 2026 e da Medida Provisória que instituiu o ENC. À produção do conhecimento seria reservado lugar apenas nas instituições que fossem consideradas de excelência, conforme se depreende das portarias 2040 e 2041, de outubro de 1997, que tratam do credenciamento e descredenciamento de instituições.

Na medida em que este conjunto de normas dava nitidez e concretude às políticas oficiais para a regulação do sistema de ensino superior, através da disseminação do ENC e da Avaliação das Condições de Oferta, se evidenciava sua incongruência com a proposta do PAIUB. A perspectiva que se impunha como hegemônica orientava-se para o controle e para o eficientismo, ao inverso da do PAIUB, que se orientava para o melhorar o ensino em todas as suas dimensões. Este esvaziamento do Programa também se manifestava nas precárias condições da secretaria do Programa, o que dificultava que o Comitê Assessor pudesse dar cabo das tarefas que lhe eram previstas (Palharini, 1999; 2001).

Durante o ano de 1994 e parte de 1995 já se manifestava claramente a necessidade de material para estudo e informação sobre avaliação; sobre o que estava acontecendo nas universidades aderentes ao Programa, além de “algo” que mobilizasse a discussão na comunidade sobre avaliação institucional. A literatura disponível era escassa e dispersa. As comissões de avaliação nas IES, devido à necessidade de representatividade política, eram constituídas por docentes, técnicos-administrativos e discentes de diferentes áreas do conhecimento, nem sempre familiarizadas com questões educacionais e da avaliação.

...os artigos anteriormente referidos foram, durante muito tempo, e ainda o são, presença obrigatória na qualidade de referências bibliográficas citadas na produção científica da área.

Nesse período havia, segundo o editor da Revista e membro do Comitê Assessor do PAIUB/MEC/SESu (Palharini, Dias Sobrinho, 2002b:71), uma excelente relação entre a SESu e a comunidade do PAIUB. Em decorrência foi proposta a criação de uma revista. Houve, no seu entendimento, um sinal positivo, mas não houve tempo para sua concretização. Em 95, a proposta teria ficado em “banho maria”, e, depois de 95, as condições de diálogo mudaram muito, e a idéia de criação de um instrumento de divulgação acabou se frustrando.

Foi, portanto, no contexto político de reorientação das políticas do ensino superior, de esvaziamento político do PAIUB, por parte dos dirigentes do MEC, que a Revista emergiu. Segundo o Editor (in: Palharini, Dias Sobrinho, 2002), os primeiros passos concretos foram dados em Pernambuco, em abril do ano de 96, quando da realização de um seminário regional do PAIUB na Universidade Católica. Neste seminário teria ocorrido uma cobrança efetiva por parte dos participantes a respeito da necessidade de criar um instrumento que unificasse aqueles que se dedicavam à avaliação na ótica do PAIUB, além de possibilitar a troca de informações e material para estudo. Foi assim que:

*“(...).Eu, então, propus que com cinco ou seis pessoas, me incluindo, nos reuníssemos e começássemos a trabalhar para que a revista nascesse ali mesmo. E que aquele grupo se encarregasse de arrumar os recursos, os artigos etc. (...) Nós conseguimos que cem pessoas, naquele momento, ajudassem a pagar o primeiro número. Foi até insuficiente, mas tiramos do bolso um pouquinho e deu para fazer o primeiro número”* (Palharini e Dias Sobrinho, 2002:71).

A partir de 96, as reformas políticas na estrutura do ensino superior avançavam de forma acelerada. Expandia-se o ensino privado, dadas as facilidades oferecidas. O MEC explorava na mídia, com sucesso, supostas vantagens do ENC e investia, ainda, na avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação. A concorrência destes instrumentos, por si só, criava sérias dificuldades para que o PAIUB se consolidasse, pois o fato de ter sido realizada a avaliação no âmbito do PAIUB não livrava as IES de se submeterem aos instrumentos oficiais. Além disso, a IES não tinha nenhuma vantagem por ter realizado a avaliação nos moldes do PAIUB. Conseqüentemente, esvaziava-se politicamente sua proposta e fragilizava-se o Comitê Assessor do Programa. Este, cada vez mais, tinha dificuldades de se justificar perante as Comissões de Avaliação das IES. O único instrumento que sustentava o programa e seu respectivo Comitê Assessor era a possibilidade de financiamento, que ainda estava posta para o Programa, mas que um ano depois, também veio a ser suspensa.

Assim, as relações entre o grupo proponente da Revista, que também se incluía no Comitê Assessor do Programa, mudaram substancialmente. Segundo o Prof José Dias Sobrinho (in: Palharini e Dias Sobrinho, 2002b:73):

*“O que havia mais propriamente era uma relação com algumas pessoas deste comitê. Por exemplo, até hoje as pessoas que continuam a construir a revista, de alguma forma construíram o campo da avaliação, pertenceram a este comitê, mas a nossa relação agora é uma relação individual, não institucional. Dilvo, Denise, Balzan, Isaura Belloni, eu, todos havíamos pertencido ao Comitê, mas ninguém desse grupo continuou no Comitê logo depois que foi lançado o segundo número da revista, em dezembro de 1996.”*

A existência desta conjuntura adversa, do ponto de vista político e institucional, aliada ao fato de a produção científica no campo da avaliação ser absolutamente escassa e incipiente, permite-nos dizer que a Revista nasceu na contra-mão dos acontecimentos da época. Ela nasceu para a construção efetiva da avaliação institucional na Universidade Brasileira, de modo a se contrapor politicamente à avaliação de resultados. Ela não veio depois de o campo da avaliação ter se constituído teoricamente no Brasil, ela quis impulsioná-lo, e o fez na lógica que orientava o PAIUB, além de estimular a capacidade de reflexão sobre a Universidade Brasileira. Segundo o Editor:

*“(...) ela surgiu “na raça”, na vontade de fazer alguma coisa para preservar pontos de vista e princípios de avaliação, conceitos fundamentais de educação superior. A gente tentava alimentar, fortalecer o PAIUB ou qualquer avaliação democrática. Valeu, pois aquele PAIUB de 93 ainda persiste em vários lugares, com boa qualidade, como na UFRGS.”* (Palharini e Dias Sobrinho, 2002b:73)

Evidências neste sentido podem ser apreendidas no fato de que o primeiro número da Revista continha artigos que já haviam sido publicados em 1995, em um número especial da revista Educación Superior y Sociedad, da antiga CRESALC, atual IESALC, da UNESCO, com sede em Caracas. Esta publicação foi toda composta por trabalhos de autores brasileiros que trataram de avaliação da educação superior. A edição saiu em 95, embora tenha a data de 94. Nessa revista, havia artigos do Héglio Trindade, Isaura Belloni, Newton Balzan, Dilvo Ristoff, e do Professor José Dias Sobrinho. Essa apresentação do PAIUB feita na revista do CRESALC/IESALC deu uma ampla divulgação, para a América Latina, das idéias e propostas, tanto desse grupo quanto do PAIUB. O Professor Héglio Trindade foi o organizador dessa publicação da CRESALC.

Para os familiarizados com a literatura sobre avaliação no Brasil não é novidade a afirmação de que os artigos anteriormente referidos foram, durante muito tempo, e ainda o são, presença obrigatória na qualidade de referências bibliográficas citadas na produção científica da área. Eles, além de socializar as propostas de projetos, contextualizar politicamente a avaliação e fornecer suporte para a compreensão do PAIUB, especialmente para as Comissões de Avaliação que estavam se formando em diferentes partes do país, forneceu o ponto de partida para uma consistente produção científica.

Considerando a importância que a avaliação institucional e do ensino superior vinha assumindo no contexto das políticas de ensino superior daquele período, é pertinente supor que existisse um interesse decisivo por parte do MEC, ou então de entidades ligadas às universidades, a fim de que a avaliação se desenvolvesse como campo de estudos.

Para essas entidades é de se supor, também, interesse concreto em um empreendimento desta natureza, tanto por razões políticas, quanto por questões relacionadas à formação do seu pessoal; ou então a fim de que fosse fortalecida a alternativa subscrita pelas Universidades, que, afinal, configurava-se como uma proposta antecipatória ao Estado no campo da avaliação.

Entretanto, o apoio recebido não foi propriamente dessas entidades. Segundo o Editor da Revista Avaliação:

*“Em vários momentos, sobretudo no início, pedimos apoio para a ANDIFES e até mesmo para o CRUB. Nunca houve um apoio direto, institucional, seja da ANDIFES, do CRUB da ABRUEM”* (Palharini e Dias Sobrinho, 2002b:72).

O apoio recebido teria vindo por meio de assinaturas institucionais. Estas são conjuntos ou pacotes de assinaturas feitas por algumas universidades. Elas se encarregam de 30, 50 ou até 100 assinaturas e as redistribuem, garantindo, assim, o volume de exemplares. Como contrapartida, passam a ter direito a uma página de publicidade, que nem sempre utilizam. As mais constantes, segundo o Editor, foram, as Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, da Bahia, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Santa

**Evidencia-se o esforço dos pesquisadores da Rede de Avaliação no sentido de acumularem reflexões, análises e experiências para desenvolver uma metodologia de avaliação institucional e democrática, capaz de atender aos propósitos que a originaram.**

Catarina e a Universidade Cândido Mendes. A Unicamp também tem oferecido uma colaboração importante, inclusive garantindo a infra-estrutura básica para a Revista operar.

**O conteúdo da Revista expressa claramente um considerável esforço por parte da rede dos pesquisadores brasileiros no sentido de desenvolver uma proposta de avaliação institucional que se contraponha aos procedimentos de avaliação dos resultados, inspirada nos referenciais do neoliberalismo e de organismos internacionais.**

Outras fontes de financiamento foram buscadas, desde o início. Ainda, de acordo com o Editor, no seminário realizado em Recife, na Universidade Católica, houve tentativa de obter recursos inclusive na iniciativa privada.

*“(...) num dos momentos daquele seminário estiveram presentes vários empresários do Recife. Pedimos uma colaboração deles, mas não houve nenhuma resposta. O dinheiro foi bancado por professores que participavam do Encontro. Cada um se responsabilizava por cinco assinaturas. (...) Eu e o professor Dilvo Ristoff completamos com recursos próprios. De-*

*pois, na medida em que se organizou melhor esta questão de assinatura, o fluxo de dinheiro se regularizou. Houve uma única ajuda do CNPq, na única vez em que nós pedimos, no ano 2000. Nós recebemos R\$ 8.450,00 de financiamento do CNPq, suficiente para mais ou menos dois números de revista. Para o MEC, nós não pedimos (...) para preservar uma certa independência.” (Palharini e Dias, 2002b:72).*

De qualquer modo, cabe destacar que a Revista tem-se mantido sem maiores dificuldades. Ela já está na 23ª edição e nunca ocorreu atraso na entrega ao assinante. Quando ocorre sobra de recursos esta é revertida para o assinante. É o caso do assinante do ano de 2002, que pagará o preço normal de assinatura, quarenta reais pelos quatro números, mas ganhará um livro, que é uma coletânea de textos da própria Revista. Este livro é intitulado “Avaliação Democrática para uma Universidade Cidadã”.

O Conselho Editorial da Revista foi inicialmente constituído pelo grupo que se reuniu em Recife, todos identificados com a proposta do PAIUB. Eles também são fundadores da RAIES, que é a Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, o ente jurídico que mantém a revista. Para sua composição foi adotado também um critério de distribuição geográfica. Do sul do país tem-se a professora

Denise Leite, uma pesquisadora da área e que até hoje mantém um trabalho forte na direção acadêmica da revista. No Rio de Janeiro, há o professor Carlos Eduardo Bielschowsky, que coordenou um amplo processo de avaliação interna e externa na UFRJ, seguindo as orientações do PAIUB. No Recife temos o professor Fernando Campello. O professor Mozart teve uma participação forte no início, mas depois ele se tornou reitor da UFPE e se afastou do grupo. O professor Newton Balzan da Unicamp e PUC de Campinas, entre outros, ajudaram a consolidar a Revista. Alguns diminuíram sua participação, como é o caso da professora Heloísa Helena Sant'Anna, da UEL. Ela se aposentou e se desligou da universidade

A linha editorial da Revista Avaliação está estabelecida nos editoriais, especialmente os dos primeiros números. No editorial da Revista número 1, o editor afirma que *“a Revista é um espaço para a divulgação dos processos e resultados avaliativos das instituições; que procura instaurar o debate público, buscando divergências, discussões e consensos em torno de questões essenciais. O objeto desta avaliação é a instituição, suas estruturas e relações internas e externas.”* Ainda neste editorial é ressaltado que *“a Revista enfoca a avaliação institucional não apenas como área de estudo e campo teórico, mas também como prática nas instituições educativas”*. Neste número é publicado o documento que deu origem ao PAIUB, o qual também mereceu especial atenção no editorial.

No editorial da revista de número 2 são reafirmados os compromissos fundantes do periódico. Na de número 3, o professor José Dias Sobrinho afirma *“que a avaliação é um instrumento não só de análise, mas de produção de uma instituição que também está em processo de construção, em transformação, portanto, para o editor, um dos erros mais graves das avaliações institucionais é supor que a universidade é uma instituição a-histórica”*.

No editorial da revista de número 4 o editor retoma questões já mencionadas em editoriais anteriores e diz que *“a Revista Avaliação é um instrumento do processo de construção coletiva da avaliação institucional e que, portanto, cumpre uma função pública”*. O editor reafirma, ainda, o exposto no editorial da revista de número 2, no qual assinala *“o compromisso da avaliação, que é melhorar a qualidade dos processos internos da universidade”*.

Merece destaque, ainda, com relação aos editoriais, especialmente nos dois primeiros anos de existência da Revista, o fato de eles não se restringirem à apresentação dos artigos, ou a generalidades no campo da avaliação. A análise do seu conteúdo revela um posicionamento claro do ponto de vista teórico e político. São, sem dúvida, editoriais engajados na construção de uma alternativa às políticas em curso na educação superior. O mapeamento deste conteúdo dos editoriais indica que alguns assuntos são abordados de forma recorrente.

Tabela I – Frequência das temáticas abordadas nos Editoriais da Revista Avaliação: 1996-2000

<b>Temáticas</b>	<b>Número de editoriais</b>
Objetivos da Revista	5
PAIUB	5
Avaliação e suas relações com organismos internacionais (UNESCO e BANCO MUNDIAL)	4
Outras formas de avaliação (GED, ENC, CAPES, CINAEM, Comissões de Especialistas)	4
Universidade enquanto instituição em transformação	3
Privatização da educação	2
Caráter social da educação	2

Estas questões foram abordadas sob diferentes ângulos, nos diferentes editoriais, e sem a pretensão de respostas definitivas. Lançam, assim questões para o debate e para o aprofundamento teórico no campo da avaliação. Para efeitos de ilustração destacamos os eixos da discussão que os caracterizam: “O que se quer dizer com qualidade? Qual o sentido de uma universidade pública e que avaliação atenderia a seus compromissos? Qual o sentido do ensino e da pesquisa na construção do novo, do ponto de vista da sociedade? Compromisso da avaliação é melhorar a qualidade dos processos internos da universidade. Valor social e formativo; preocupação com a expansão de universidades privadas sem compromisso com o valor público da educação, com tendências a tomarem o mercado como razão das ações educativas. Políticas de ajuste da universidade às necessidades do mercado agravam a crise de identidade e legitimidade desta instituição; autonomia universitária; desvalorização oficial do PAIUB, em 1996, com o surgimento do ENC; crescente intervenção do estado na avaliação formal da educação superior; PAIUB e CINAEM enquanto propostas preocupadas com a totalidade no processo avaliativo; CAPES, ENC, Comissões de Especialistas enquanto propostas preocupadas com os resultados; Relação avaliação e”. economia universidade governo/estado; Avaliação: caráter normativo e tecnicista x processo democrático e de construção social; Avaliação tem papel central na consolidação e nas transformações de todo o sistema de educação superior; Relações entre avaliação e sistema de educação superior, sociedade e estado.”

Muito embora fique clara a orientação da Revista, reafirmado inclusive em editoriais posteriores, ela não fecha por completo as possibilidades de publicação para outras concepções de avaliação, de universidade e de ciência. Mas a análise do conteúdo dos artigos evidencia não ser elevada a frequência de publicações com outras orientações teóricas. Nos critérios de seleção de artigos, segundo o Editor (p.79) “*o que prevalece é a qualidade do texto e que esteja dentro da temática avaliação e educação superior, mesmo que isso não coincida com os seus pontos de vista.*” “*(..) se chegar um bom trabalho, mesmo que ele só defenda a linha do MEC, ele será publicado*”.

Para explicar essa relativa ausência de publicações com concepções diferenciadas de avaliação e de Universidade, o Editor afirma:

*“Eu tenho a hipótese de que a maior e a mais consistente parte da produção sobre avaliação está concentrada na linha emancipatória, democrática, embora não esteja falando em consenso. Penso que o MEC tem os seus veículos impressos, internet etc. Mas eu não tenho lido trabalhos, salvo um que saiu no “Em aberto”, sobre o Provão. Conheço poucos trabalhos que defendam outras linhas, e, em todo caso, eu não tenho recebido propostas, talvez porque os autores tenham clareza sobre a orientação da revista.”*  
(Palharini e Dias, 2002b:79).

Se tomarmos como referência os objetivos da Revista, expressos especialmente nos dois primeiros editoriais, podemos afirmar que ela contribuiu decisivamente para a formação, leitura, aprofundamento e disseminação dos estudos sobre avaliação, além de ter reforçado a linha da avaliação denominada emancipatória, ou democrática, ou participativa. Isso se evidencia quando observamos a diversidade crescente, e acentuada, de autores, a partir dos números iniciais. A Tabela II, na próxima página, apresenta os autores com maior número de publicações na Revista, no período considerado.

Se considerarmos que no período em tela a Revista publicou 125 artigos e que os autores com duas ou mais publicações totalizam 50, o equivalente a 38,5% do total, verifica-se que ela produziu um número considerável de autores com no mínimo alguma inserção no campo da avaliação, ao mesmo tempo em que possibilitou um aprofundamento da discussão para pelo menos os 50 com dois ou mais artigos. Não só cresce e se diversifica o número de autores e de publicações a respeito da avaliação, mas também o número de pessoas identificadas com a perspectiva democrática e participativa assumida pela Revista. Em se tratando de um periódico especializado, com uma linha editorial clara, não deixa de ser digno de mérito o resultado obtido, em função do reduzido espaço de tempo considerado.

Tabela II– Autores com maior número de publicações na Revista Avaliação, no período 1996-2000

<b>Autores</b>	<b>Número de artigos</b>	<b>% do total Publicado</b>
Dias Sobrinho, José	7	5,5
Ristoff, Dilvo I.	6	5
Leite, Denise	4	3
Noé, Alberto	3	2,5
Vogt, Carlos -	2	1,5
Trindade, Héglio –	2	1,5
Souza, F. M. Campello de	2	1,5
Sguissardi, Valdemar	2	1,5
Sjöstrand, María E. Castellano de	2	1,5
Rasco, Angulo J. Félix	2	1,5
Pereira, J. T. Vieira	2	1,5
Faúndez, Carlos Olivares	2	1,5
Catani, Afrânio Mendes	2	1,5
Coêlho, Ildeu Moreira	2	1,5
Belloni, Isaura	2	1,5
Bielchowski, Carlos	2	1,5
Both, Ivo José	2	1,5
Almeida, Ana Maria F. Da P. Marques de	2	1,5
Figaredo, Francisco	2	1,5
Autores com 1 artigo publicado	75	61,5
Total	125	100%

Além da produção acima aludida, faz-se necessário registrar outras formas de produção. Vários livros foram gerados a partir das publicações nesse periódico. É o caso de: “Universidade em Ruínas na República dos Professores” (organizado por Héglio Trindade), “Universidade Desconstruída.; Avaliação institucional e resistência” (organizado por José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff), “Avaliação da Educação Superior”, de José Dias Sobrinho, e outros. A Revista é, portanto, um catalisador também de outras publicações.

Na perspectiva de ampliar mais ainda o debate sobre os rumos da universidade brasileira e da avaliação, a Revista Avaliação e seu respectivo grupo condutor socializaram sua capacidade organizativa de modo a viabilizar a proposta do CIPEDS - Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento do Ensino Superior. Este Centro tem por objetivo o estudo comparativo das políticas para o ensino superior na América Latina. A parceria entre a Revista e o CIPEDS se deu no período compreendido entre junho de 1998 e março de 2001. Ela consistia no encarte de separatas, específicas do CIPEDS, encartadas na Revista. De acordo com o Editor:

Tabela III – Freqüência absoluta e relativa da natureza das publicações veiculadas pela Revista, no período 1996-2000.

Natureza da Publicação	1996		1997		1998		1999		2000		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Artigo	15	75	31	88,5	27	81,8	23	85,2	24	80,0	120	
Editorial	2	10	4	11,5	4	12,2	4	14,8	4	13,3	18	
Resumo	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Carta	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Apresentação	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Série Documental	-	-	-	-	1	3,0	-	-	-	-	1	
Relatório	-	-	-	-	1	3,0	-	-	-	-	1	
Resenha	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6,7	1	

*“O CIPEDES é uma iniciativa do Héglio Trindade que criou na UFRGS um núcleo que é o CIPEDES, em razão das intensas relações que ele tem com países da América Latina, que nos foram muito importantes para ajudar a divulgação da revista. (...) Em acordo com o Héglio, criamos um espaço na revista para dinamizar mais esses estudos de educação superior, nessa perspectiva comparada e latino-americana. Como ele não tinha um veículo para divulgar esse material, a solução encontrada, mais rápida e econômica, foi incorporar temporariamente as publicações do CIPEDES, como uma separata da Revista Avaliação. Seria um ponto de partida para viabilizar por algum tempo as publicações desse Centro. Esta associação, penso, deu uma força muito grande à revista (...). Eu acho que foi uma associação muito boa para a revista e para o CIPEDES, que se viabilizou. (...) O CIPEDES começou a ter algumas dificuldades de caráter operacional, além das relacionadas aos recursos necessários para sua manutenção. (...) Mesmo não existindo formalmente a separata CIPEDES, neste momento, a revista Avaliação cuida de manter ativos os colaboradores latino-americanos e os estudos sobre educação superior, como sempre foi o seu propósito.” (Palharini e Dias, 2002b: 76)*

Considerando que o presente estudo envolve cinco anos de existência da revista, não é impertinente indagar a respeito de um dos objetivos inicialmente pretendidos, que consistia em buscar uma espécie de “*nível de consenso dentro da avaliação*” (editorial das Revistas 1 e 2). Para o Editor:

*“A palavra consenso talvez seja um pouco forte para isso, mas um entendimento mais ou menos geral, amplo, existe sim. (...) na universidade brasileira existe uma forte tendência, não estou dizendo que é majoritária ou não, que isso precisaria ser estudado, mas existe muita gente na universidade brasileira que adere bem a uma literatura e a uma prática de avaliação emancipatória, participativa, democrática, que é contrária a esse eficientismo, a esse produtivismo, quantitativismo exagerado das avaliações oficiais. (...) Acho que daria para dizer assim: na universidade brasileira existe uma corrente significativa, que ainda tem saudades do PAIUB. Não digo que seja o caso de recuperar exatamente aquele PAIUB, mas as suas linhas principais, seus ideais, seus princípios, seus objetivos gerais. Muita gente não está satisfeita com o “provão”. Muitos querem uma avaliação que seja realmente para melhorar a educação, que seja mais proativa. Eu acho que neste sentido a revista tem colaborado teoricamente e tem ajudado também a desenvolver determinadas práticas em muitas universidades”.* (Palharini e Dias Sobrinho, 2002b:77).

As capas de todos os números da Revista Avaliação, até esta data, sempre mantiveram a mesma formatação. Elas contêm o mesmo desenho, só mudando a cor, e expressa, sob a forma de círculo, o mesmo conjunto de princípios que orienta o PAIUB: globalidade, comparabilidade, identidade, legitimidade, continuidade, adesão voluntária, não punição, não premiação. Trata-se, obviamente, da concepção de avaliação que a Revista defende. Esses princípios foram reafirmados em diferentes editoriais ao longo da existência do periódico.

Entretanto, quando tomamos como referência o princípio da “não punição”, verificamos, atualmente, não existir, no âmbito da comunidade acadêmica, um consenso tão grande quanto existia há algum tempo. Pode-se dizer que não é incomum no discurso de educadores e pesquisadores da área, alguns deles articulados com a história do PAIUB e defensores da universidade democrática e socialmente comprometida, existirem referências à necessidade de conseqüências punitivas ou premiativas para a avaliação.

Assim, mesmo reconhecendo que esta perspectiva política para a avaliação, expressa através dos princípios que orientam a linha editorial da Revista, continua sendo defendida e desejável para amplas parcelas significativas da comunidade acadêmica, resolvemos indagar ao editor do periódico sobre a propriedade da sua pertinência na atualidade, tendo em vista o cenário que se apresenta para as IES com os rumos claros desenhados pelas políticas oficiais. Como conseguir fazer avançar esses princípios diante deste cenário absolutamente adverso? Eles ainda seriam pertinentes, dado o curso que a avaliação seguiu no Brasil?

Na medida em que os editoriais mais recentes não fazem menção à relação entre a proposição desses princípios e a conjuntura atual, apresentamos estas indagações ao Professor José Dias, que assim se manifestou:

*“São princípios e como tal ainda permanecem válidos. Talvez o significado deles tenha passado por uma evolução. Hoje, temos uma visão mais rica acerca destes princípios. Também temos clareza de que as forças opostas a estes princípios produzem efeitos, e quem não os seguir sofre conseqüências muito sérias. (...). Quem defende estes princípios também sofre conseqüências sérias. (...) Creio que, enquanto princípios, eles são válidos, acho até que podemos resumir estes princípios em uma palavra só: democracia. (...). Eu acho que a gente tem que discutir um pouco o que estas palavras estão significando e já significavam lá no início. (...) a avaliação não é neutra, ela produz resultados, que para alguns pode ser bom, para outros, não (...). nós não vamos fazer uma avaliação para punir ou para premiar, e sim para melhorar e construir. (...) O próprio processo democrático é que daria legitimidade a essas conseqüências. (...) não é que o objetivo seja punir ou premiar, ou controlar. A avaliação educativa não tem a punição*

*como princípio e tampouco como fim.*” (Palharini e Dias Sobrinho, 2002b:77).

Quando analisamos o conteúdo dos artigos publicados verificamos ser mais frequente a presença de artigos que analisam as políticas em curso no campo da avaliação. Estão menos presentes os que se sustentam em trabalhos empíricos, ou que se refiram a alguma experiência de avaliação. Visto sob esta perspectiva, cabe indagar se, atualmente, no campo da avaliação, tende a prevalecer mais um debate teórico-conceitual, ou mais um debate de natureza política sobre os seus propósitos. A este respeito, o editor considera que esta não é uma linha perseguida pela Revista:

*(...) os trabalhos chegam assim. O mesmo acontece com esses trabalhos que são relatos de experiência (...). Nos primeiros números a expectativa era de que houvesse muito mais desse tipo de trabalho, mas com o tempo isso não se consolidou, por dois motivos: pela dificuldade de fazer esses relatos e porque essas experiências não são tantas nas universidades (...). O conceito de avaliação emancipatória desenvolvido por Ana Maria Saul foi uma contribuição importante; porém, não tínhamos trabalhos sobre avaliação institucional da educação superior. Recentemente, novembro do ano passado, houve um seminário aqui na UNICAMP para discutir o campo da avaliação e disto saiu o livro coletivo “Avaliação. Construindo o campo e a crítica”, organizado por Luiz Carlos Freitas. (...) Eu acho que está havendo uma evolução, mas uma evolução um pouco lenta, bloqueada pelas políticas contrárias. Isso do ponto de vista teórico. São especialistas que de vez em quando se políciam assim: será que meu discurso não está sendo muito politizado, será que eu não preciso melhorar a minha fundamentação teórica? Isto é bom, desde que não paralise o pensamento e as ações e não fragilize o discurso político que precisa ser feito em defesa do interesse social”. (Palharini e Dias Sobrinho, 2002b:77).*

Quando consideramos o conteúdo da Revista, depreende-se, como permitem visualizar os dados contidos na Tabela IV, que o conjunto de artigos publicados no período considerado cobre a quase a totalidade das categorias utilizadas pelo Projeto UNIVERSITAS. Naturalmente, dado os propósitos da Revista observa-se uma concentração na categoria Avaliação (AVA), especialmente nas subcategorias “Formas de avaliação, institucional e unidades, e Pesquisa, Ensino e Extensão. Mas, verifica-se concomitantemente uma tendência ao longo do período no sentido de ampliar-se progressivamente a cobertura das demais categorias e subcategorias que compõem o espectro de análise do UNIVERSITAS.

Evidencia-se, deste modo, o esforço dos pesquisadores da Rede de Avaliação no sentido de acumularem reflexões, análises e experiências para desenvolver uma metodologia de avaliação institucional e democrática, capaz de atender aos propósitos que a originaram.

Categorização		Ano de Publicação				
Primeira CATEGORIA Temática	Subcategoria temática	1996	1997	1998	1999	2000
AVA	Formas de Avaliação	35,0	2,8	18,1	11,1	10,0
	Outros	25,0	28,5	27,2	22,2	40,0
	Institucional/Unidades	25,0	28,5	3,0	14,6	3,3
	Pesquisa, Ensino e Extensão		2,8	3,0		
	Graduação			6,0		6,6
	Pós-graduação					3,3
DIS	Outros	5,0				
	Acesso			6,0		
	Perfil			3,0	7,4	3,3
	Desempenho				3,7	
ENS	Graduação	5,0	2,8	9,0		
	Outros				3,7	3,3
	Pós-graduação			3,0		
POL	Estado e Educação Superior	5,0		3,0	3,7	10,0
	Outros		11,4	3,0	3,7	
	Estado, Ciência e Tecnologia		2,8	3,0		
	Legislação		2,8			
NAT	Públicas/Privadas/Comunitárias/Confessionais e Isoladas		2,8			
PES	Outros		2,8			
	Pesquisa e Graduação			3,0		
OAG	Gerência de Recursos Materiais		2,8			
	Outros		2,8			
	Modelos Organizacionais de IES		2,8			
	Gestão Acadêmica			7,4		
AUT	Autonomia Administrativa, de Gestão Financeira e Patrimonial		2,8		3,7	
USO	Outros			6,0	3,7	10,0
	Universidade e Sociedade			3,0		
	Idéia de universidade				3,7	3,3
	Universidade e Mercado de Trabalho				7,4	
DOC	Outros				3,7	3,3
HIS	Outros					3,3

A título de conclusão, pode-se afirmar que o conteúdo da Revista expressa claramente um considerável esforço por parte da rede dos pesquisadores brasileiros no sentido de desenvolver uma proposta de avaliação institucional que se contraponha aos procedimentos de avaliação dos resultados, inspirada nos referenciais do neoliberalismo e de organismos internacionais. Este esforço orienta-se por princípios claramente formulados na linha da Revista e sistematicamente perseguidos pelos diferentes autores que configuram a Rede. Neste sentido, cumprem com o objetivo proposto inicialmente pela Revista de disseminar pelas Universidades Brasileiras a Rede de Avaliação Institucional.

## Referências Bibliográficas

- ANDIFES. **Uma proposta de Avaliação das Instituições de Ensino Superior.** Documento Preliminar. Florianópolis, outubro de 1993.
- BRASIL. DECRETO N.º 2.026, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER Nº: CP 115/99, APROVADO EM 10/8/99 – CONSELHO PLENO. ASSUNTO: Diretrizes Gerais para os Institutos Superiores de Educação (Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os Art. 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o Art. 9º, § 2, alíneas “c” e “h” da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95).
- DIAS SOBRINHO, J. (1996), Editorial, Revista **Avaliação**, ano 1 – número 2, dezembro de 1996, Campinas, São Paulo.
- DIAS SOBRINHO, J. (1996): Editorial. Revista **Avaliação**. ano 1 – número 1, julho de 1996, Campinas, São Paulo.
- DIAS SOBRINHO, J. (1997), Editorial, Revista **Avaliação** ano 2 – número 1 (3), março de 1997, Campinas, São Paulo.
- DIAS SOBRINHO, J. (1997), Editorial, Revista **Avaliação**, ano 2- número 2 (4), junho de 1997, Campinas, São Paulo.
- DIAS SOBRINHO, J. (1997), Editorial, Revista **Avaliação**, ano 2- número 3 (5), setembro de 1997, Campinas, São Paulo.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação Institucional da UNICAMP: Processos, discussão e resultados.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.
- FRANCO, M. C. A Política do MEC para o Ensino Superior: subsídios para análise e Propostas Alternativas. Mime. Rio de Janeiro, nov.1997.
- LEITE, D. Avaliações e Tensões: Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. **Avaliação**. V.2, n.º 1 (3). Campinas, mar.1997.
- Leite, Denise (1998), Editorial. Revista **Avaliação** ano - 3 número 2(8), Junho de 1998, Campinas, São Paulo.

MEC. BRASIL. Ensino Superior. Seminário Nacional. **Relatório Final**. MEC, 1996.

MEC. Portaria n.º 2.040, de 22 de outubro de 1997. Define critérios adicionais aos já estabelecidos na legislação vigente, de organização institucional para Universidades

MEC. Portaria n.º 2.041, de 22 de outubro de 1997 Define critérios adicionais aos já estabelecidos na legislação vigente, de organização institucional para Centros Universitários

MEC. Portaria N.º 2.175, de 27 de novembro de 1997

MEC. Portaria n.º 302, de 7 de abril de 1998. Normatiza os procedimentos de avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior.

MEC. Portaria n.º 972 de 22 de agosto de 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO e MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial n.º 880 de 30 de julho de 1997.

PAIUB. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO. **Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional**. Brasília, 26 de nov. de 1993.

PALHARINI, F. A. e DIAS, N. A. **Relatório de Trabalho - Revista Avaliação: um pólo de resistência da Avaliação Institucional autônoma e democrática**. NUTADI – Núcleo Transdisciplinar de Avaliação e Desenvolvimento Institucional. Niterói, UFF, 2002.

PALHARINI, F. A. Entrevista com o Editor da Revista Avaliação. In: **Relatório de Trabalho - Revista Avaliação: um pólo de resistência da Avaliação Institucional autônoma e democrática**. NUTADI – Núcleo Transdisciplinar de Avaliação e Desenvolvimento Institucional. Niterói, UFF, 2002.

PALHARINI, F.A. **O Estado do PAIUB em universidades Federais da Região Sul e Sudeste: tormento ou paixão**. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 1999. Mimeo.

PALHARINI, F.A. Tormento e Paixão pelos Caminhos do PAIUB. **Avaliação**. Revista Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. V.6, n.º 1 (19), p. 15-26, Campinas, mar. 2001.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: Desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação do currículo**. 2ª.ed. São Paulo, Cortez, 1988.

SILVA JR, J. R. e SGUISSARDI, W. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e Mudanças na produção**. Bragança Paulista, EDUSF, 1999.

TRINDADE, H. (org.) **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.